

O futebol brasileiro como espaço de disputa política (1969-1980)

Rafael Gustavo Frazão Fernandes da Silva *

Programa de Pós-Graduação em História Social e do Território
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo: O uso do futebol pelo regime civil-militar brasileiro foi uma das estratégias de controle das instituições políticas e de busca pelo apoio da sociedade. O presente artigo pretende debater essas ações do governo brasileiro e suas reações no campo esportivo. Com o apoio de estudos de outros estudiosos do período, analisaremos essas medidas, bem como a organização do futebol brasileiro no período. A hipótese é de que o campo esportivo foi um espaço de disputa simbólica durante esse período.

Palavras-chave: futebol, regime civil-militar, disputa simbólica

Abstract: The use of football by the Brazilian civil-military regime was one of the strategies of control of the political institutions and search for the support of society. The present article intends to discuss these actions of the Brazilian government and its reactions in the sports field. With the support of studies of other scholars of the period, we will analyze these measures, as well as the organization of Brazilian football in the period. The hypothesis is that the sports field was a space of symbolic dispute during this period.

Keywords: football, civil-military regime, symbolic dispute

* Mestre em História Social. Programa de Pós-Graduação em História Social e do Território, UERJ

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar a disputa política dentro do campo simbólico representado no futebol brasileiro, ocorrida ao longo do regime civil-militar. A Confederação Brasileira de Desportos (CBD) apresentou grande relevância política no período. Através do órgão regulador do futebol brasileiro, o governo autoritário fez uso político do esporte.

Nos últimos anos do regime civil-militar no Brasil (1964-1985), a sociedade brasileira acompanhou o seu processo de distensão tutelado pelos próprios militares. Em tal processo – iniciado no governo do presidente General Ernesto Geisel e mantido por seu sucessor General João Figueiredo – observa-se o estabelecimento de novos parâmetros para a atividade política e parlamentar, ao mesmo tempo em que se permitiu a maior participação da sociedade civil, sendo possível observar esse novo movimento, inclusive, no campo esportivo. Analisarei aqui as reações dos diferentes atores envolvidos no campo esportivo ao jogo político brasileiro no qual o futebol foi envolvido.

No campo esportivo, o futebol foi visto pelo regime como atividade de grande potencial para mobilização das massas populares e foi incorporado aos assuntos de segurança nacional. Na prática, significou a interferência direta, pautada em um forte centralismo, no comando do futebol nacional através da Confederação Brasileira de Desportos e, posteriormente, da Confederação Brasileira de Futebol. A partir do processo de retomada da abertura política, clubes, atletas, torcedores e imprensa passam a expressar ideias de democracia e justiça em suas principais pautas, forçando um reequilíbrio de forças políticas.

O futebol como organismo de controle do Estado

A partir do historiador Hilário Franco Júnior destaco o futebol como síntese da História. As conexões existentes entre futebol e sociedade significa o reconhecimento que não é possível entender esse esporte sem historicizar:

pois se toda história é social, conforme a conhecida lição de Lucien Febvre, a do futebol também é. Daí porque David Goldblatt acertou ao observar que 'nenhuma história do mundo moderno é completa sem levar em conta o futebol', embora devamos avançar ainda mais e afirmar que nenhum relato sobre futebol é completo sem a história, mundial ou nacional ao menos local (FRANCO JÚNIOR, 2006: 367)

Sobre o futebol e a sociedade brasileira, para Franco Júnior a relação da população com o futebol revela que

no fundo projetamos nossas aspirações coletivas mais nos campos de futebol do que nos campos sociais. Como o nacionalismo brasileiro sempre calçou chuteiras, a hesitação entre o improvisado e o planejamento é mais do que uma simples característica do futebol nacional. Ela reflete a feição instável das relações entre os cidadãos e o Estado, relações que transitam com facilidade de um lado para o outro das frágeis fronteiras que delimitam o espaço privado e o espaço público de nosso país (FRANCO JÚNIOR, 2007: 137).

Essa visão, ecoa das reflexões de Roberto DaMatta (1982: 21) sobre o futebol no Brasil na qual “O futebol praticado, vivido, discutido e teorizado no Brasil seria um modo específico, entre tantos outros, pelo qual a sociedade brasileira fala, apresenta-se, revela-se, deixando-se, portanto, descobrir”

Dessa forma, o futebol apresenta-se como importante elemento nacional, a partir do qual é possível se discutir e analisar aspectos centrais da sociedade brasileira contemporânea. Um desses aspectos centrais é o regime civil-militar brasileiro (1964-1985), compreendendo-o como parte dos eventos que pressiona nós historiadores a revisar os seus significados, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, ou seja, a olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação. Portanto, cabe analisar aqui o destacado papel desempenhado pelo governo nesse período, que ao centralizar a gestão do esporte nacional utilizou o futebol como elemento de negociação política, evidenciado o campo esportivo como espaço simbólico de disputa.

Aonde a Arena vai mal, um time no Nacional

O historiador Euclides de Freitas Couto descarta a tradição historiográfica brasileira que relaciona de maneira direta o futebol ao sistema de propaganda de massa efetivado pelo

governo. Para Couto, essa visão, construída na academia e disseminada pelo senso comum, é remanescente do discurso difundido pelos grupos radicais de esquerda durante as décadas de 1960-1970. Tais grupos acreditavam que todos os instrumentos utilizados pela propaganda dos militares eram, em potencial, fatores de alienação e desmobilização política das massas. Tal ideia levou a inibição da possibilidade de análise a partir do povo. Com isso, a produção dedicada ao futebol do período desprezou o campo futebolístico como uma esfera significativa para a compreensão das disputas políticas no decorrer desse período. (COUTO 2014)

O regime civil-militar implementado no Brasil a partir de 1964 foi anunciado como uma “Revolução Democrática” pelos militares, sendo desde a sua origem um norteador de sua política interna a busca pela institucionalização do regime. Foram mantidas as atividades partidárias e as eleições diretas para o poder legislativo, bem como de prefeito – excetuando-se as capitais dos estados e os municípios classificados como áreas de segurança nacional e estâncias hidrominerais. Esse aspecto mantinha uma aparência democrática do regime.

Assim, era necessária a manutenção das instituições políticas para conferir o caráter de legalidade do regime e conquistar o apoio de grande parte da sociedade. No Brasil, o regime procurava estabelecer uma legalidade imposta de acordo com as circunstâncias do momento. (SOARES, 2006)

Era uma estratégia que poderia se voltar contra o governo, por isso uma “legalidade de acordo com as circunstâncias”. As eleições de 1965 foi um exemplo determinante de como agiu o regime dali em diante. O resultado das urnas desagradou setores militares em virtude da vitória de políticos ainda populares por suas trajetórias anteriores ao golpe e de orientação nacional – trabalhista, justamente contra os quais lutava o regime, ainda que a justificativa para o golpe tenha sido a ameaça comunista. Diante do resultado adverso o presidente Marechal Castelo Branco decreta o Ato Institucional número dois (AI-2)¹ extinguindo os

partidos existentes, tendo posteriormente, menos de um mês depois, o Ato Complementar número quatro que dispunha sobre a criação de novas organizações com atribuições de partido para as eleições de 1966². Dentro da proposta de aparência de legalidade, fora descartada a ideia do partido único e dessa forma foi criado o bipartidarismo brasileiro, resultando na criação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que reuniu os parlamentares apoiadores do regime, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que formou a oposição tutelado do governo, reunindo os parlamentares que ainda não haviam sido cassados pelo Ato Institucional número um (AI-1)³ e discordantes dos rumos tomados pelos militares (SCHIMIT, 2000).

A associação ao futebol, portanto, explica-se nos regimes autoritários, assentado no interesse pelo controle das ações sociais em diversos segmentos do Estado e da sociedade civil. Naturalmente, o campo esportivo – em especial o futebol – desperta grande interesse pelo tamanho potencial de mobilização em seu entorno e pelo alto grau de participação e entusiasmo provocado nas massas. Atento a isso, o Estado atua de maneira direta em assuntos aparentemente distantes da esfera exclusiva de ação governativa. As principais estratégias adotadas pelo governo através da intervenção direta foram a progressiva ampliação das competições nacionais e o controle dos cargos administrativos das entidades esportivas a militares e membros da ARENA.

A interferência governamental durante o regime civil-militar brasileiro teve início a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº1, de 17 de outubro de 1969⁴, que tornou competência da União legislar sobre as normas relativas ao desporto. Após realizar o Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil, o governo do Marechal Costa e Silva institucionalizou a Política Nacional de Educação Física e Desportos com a criação do Departamento de Educação Física e Desporto (DED), órgão veiculado ao Ministério da Educação e Cultura que passou a centralizar as ações do setor. No novo modelo tecnocrático e

centralista, os militares passaram a controlar diretamente as ações políticas e administrativas no esporte, incorporando-o à lógica das relações políticas vigentes⁵.

Aqui, Couto aponta para um duplo papel na ênfase no esporte de alto rendimento prevista pela nova política: além de instrumento propagandístico da nação e do regime internacionalmente, o alto investimento na infraestrutura esportiva do país daria continuidade à lógica clientelística de redistribuição de recursos, prática que contribuiu extraordinariamente para a manutenção do poder pelo regime militar. Nessa mesma lógica, os cargos de chefia do Conselho Nacional do Desporto (CND)⁶ e da Confederação Brasileira de Desportos (CBD)⁷, entidades anteriormente influenciadas pelas ações clientelísticas das federações passaram a ser ocupados pelo oficialato (COUTO, 2014).

Nesse momento, o regime civil-militar atua de forma fundamental para o início do campeonato brasileiro de futebol de clubes. Mais do que uma grande competição do principal esporte do país, o campeonato ao integrar todas as regiões do território, torna-se um dos elementos de integração nacional, o que no campo esportivo significa o meio mais legítimo de se estabelecer uma entidade nacional para gerir o esporte. Dentro do campo, torna-se mais uma estratégia que visa a manutenção da ordem estabelecida.

Em sua primeira edição o Campeonato Brasileiro possuía 20 clubes. Sendo quatro times do Nordeste, treze do Sudeste e três do Sul, excluindo totalmente as regiões Centro-Oeste e Norte. Esses números deixaram muitos insatisfeitos, em que pese o tamanho do país, dentre estes, importantes políticos. Paralelamente, criou-se um campeonato composto por aqueles que foram desprezados pela CBD. O certame chamado de Torneio da Integração Nacional⁸ contava com dezesseis clubes de onze estados, sendo quatro deles ausentes no campeonato brasileiro, e com todas as regiões representadas. Com o apoio do governador Leonino di Ramos Caiado da Arena, o estado de Goiás, ausente na edição inaugural do Campeonato Brasileiro, liderou o movimento e sediou a disputa. Seis clubes goianos entraram

no certame, com o título indo para o Atlético Clube Goianiense⁹.

O Torneio de Integração Nacional expunha justamente que a principal liga do país não era totalmente integradora, que havia estados excluídos da elite do futebol nacional. Para corroborar o discurso do governo, o Campeonato Brasileiro de 1972 ganhou mais seis times, com a inclusão de cinco estados (Alagoas, Amazonas, Pará, Rio Grande do Norte e Sergipe) – sendo dois da região Norte, que ainda não tinha equipes. Com os anos, o número de equipes e de unidades da federação participantes foi aumentando. Os 20 clubes pertencentes a 8 estados, da primeira edição em 1971, transformaram-se em 26 equipes de 13 estados, no ano seguinte, e saltou para 42 times de 21 estados em 1975¹⁰. Nacionalizava-se territorialmente o campeonato nacional, com participantes de todas as regiões do país. Foi o primeiro passo no processo de integração promovido pelo governo Médici, através do Campeonato Brasileiro. Enquanto isso, vários outros estados passaram a ser contemplados. Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Piauí e Santa Catarina ganharam equipes já em 1973. Por fim, a Paraíba completou a lista em 1975 – em 1979, com a criação do Mato Grosso do Sul, 21 dos 22 estados passaram a contar com representantes. O Acre ficou de fora porque se profissionalizou apenas em 1989.

De 1974 a 1979, foi manifesto o aumento vertiginoso do número de participantes na competição: 40 (1974), 42 (1975), 54 (1976), 62 (1977), 74 (1978) e 94 (1979)¹¹. O campeonato brasileiro de 1979 foi marcante com seus 94 participantes na divisão principal. Esse inchaço foi provocado especialmente por fins políticos. Nas eleições parlamentares de 1974, em meio ao processo de abertura política iniciado por Geisel, o partido de oposição MDB conquistou uma grande vitória nas urnas, dobrando sua representação na Câmara dos Deputados – com 37,8% das cadeiras – e conquistando 16 das 22 cadeiras do senado em disputa. No ano seguinte, assume o Almirante Heleno Nunes, ligado a ARENA. Nunes chega ao poder e cada vez mais equipes eram incluídas no Brasileiro. Não havia critérios técnicos

como acesso e descenso de divisão ou classificação em campeonatos estaduais. A justificativa ainda era a integração nacional e modernização do interior, mas era clara politização, no intuito de conquistar votos. No interior, essa diferença entre os partidos era mais nebulosa. Surge assim a expressão atribuída a Nunes: “Onde a ARENA vai mal, mais um time no nacional”.

Era de reconhecimento público que a relação com os políticos da Arena era um dos fatores principais para a escolha de um time. O presidente da Ponte Preta, Lauro de Moraes Filho, declarou que jamais pensou na possibilidade da sua equipe ficar de fora, uma vez que “acreditava muito nos poderes públicos e na Arena”, pois as repercussões poderiam ser desagradáveis dentre sua grande torcida em Campinas (SANTOS, 2015).

Das trinta e uma cidades contempladas com clubes no campeonato, vinte eram capitais estaduais e as demais, sedes de clubes convidados pela CBD: Feira de Santana (BA), Campina Grande (PB), Campo Grande (MT), Londrina (PR), Caxias do Sul (RS), Santos(SP), Ribeirão Preto(SP), Campinas(SP), Uberaba(MG), Campos(RJ) e Volta Redonda (RJ)12.

Essas grandes mudanças coincidem com o projeto “Geisel – Golbery” de abertura “lenta, gradual e segura”. Considerada por muitos analistas como uma “transição por cima”, o processo que pretendia “garantir uma institucionalidade elitista que excluísse setores populares”, por muitas vezes foi ameaçado pela mobilização da sociedade civil organizada através da OAB, Comunidades Eclesiásticas de Base, ABI, jornais políticos e culturais de oposição e o novo movimento sindical (ARAÚJO 2006).

Nesse contexto, o Movimento Democrático Brasileiro passou a principal representante dos setores de oposição à ditadura. Desta forma, enfraquecê-lo era de fundamental importância para os militares. Paralelamente a este movimento político – partidário, o Campeonato Nacional que abrigava cinquenta e quatro clubes em 1976, fecha a década com noventa e quatro times participando de seus jogos, sendo o Nordeste a região com

o maior número de representantes (trinta clubes). O fracasso da edição – que não contou com São Paulo e Santos justamente pelo seu inchaço – fez com que a década de 1980 tivesse campeonatos com um número mais equilibrado de participantes, por volta de quarenta e quatro, até 1986.

Poucos meses após Nunes assumir o comando da CBD, o Congresso Nacional sancionou a Lei 6.251, de 8 de outubro de 1975, que estabeleceu novos dispositivos regulatórios para a atividade desportiva e fortaleceu o CND e a CBD, as instâncias de atuação do Estado no setor¹³. O principal passo no sentido de uma maior centralização foi a adoção do voto unitário das federações e confederações. Por esse instrumento, a participação dos clubes e agremiações nas esferas decisórias foi drasticamente limitada. O poder de voto e de veto competia às federações, municipais e estaduais, o que reduzia o número de votantes nos processos deliberativos e tornava o poder dos presidentes das federações praticamente absoluto (SARMENTO, 2006).

Os clubes perdiam sua representatividade política e se viam submetidos a acordos tramados por um grupo restrito de presidentes de federações, em sua maioria políticos com base eleitoral em redutos do interior do país. A gestão de Heleno Nunes em relação à estrutura política e administrativa da CBD, bem como em relação ao Campeonato Brasileiro, pode ser caracterizada pelo extremo centralismo e pelo uso das estruturas desportivas para servir a finalidades políticas do regime militar.

Dessa forma, enquanto o futebol brasileiro ampliava a sua abrangência no território nacional, a democracia recrudescia sob as armadilhas impostas pelo autoritarismo, com a desmobilização das camadas populares e o fechamento contínuo dos canais de participação política. O regime civil-militar, alicerçado pelo apoio político dos grupos conservadores e valendo-se de um conjunto de medidas autoritárias e repressoras, conduziram um repertório variado de ações que visavam desmobilizar todas as formas de oposição ao governo.

Mudanças políticas e sociais brasileiras

Em 1979, a CBD passou por uma grande transformação institucional que culminou na maior participação dos clubes brasileiros. As modalidades consideradas amadoras passaram a receber maiores recursos financeiros, o que permitiu o estabelecimento definitivo de novas entidades esportivas especializadas. Esse era um antigo desejo das classes dirigentes do futebol brasileiro e estava previsto no texto do antigo Decreto-Lei 3.199. Com isso, criavam-se também condições para a fundação de uma entidade exclusiva para a gestão dos assuntos relacionados ao futebol. Como determinavam os estatutos do CND, toda e qualquer alteração na estrutura das federações e confederações deveria ser submetida à aprovação do Ministério da Educação e Cultura. Assim, Heleno Nunes e o ministro Eduardo Portela deliberaram pela extinção das atividades da CBD e aprovaram o estatuto da Confederação Brasileira de Futebol. Submetido à aprovação do CND, o documento foi homologado pelo ministro da Educação e Cultura e publicado no Diário Oficial da União.

Enquanto a CBF se estruturava para uma melhor administração do esporte que sempre estivera no topo da lista de prioridades da CBD, o quadro geral da política brasileira apresentava algumas transformações. O processo de distensão concebido pelo ministro Golbery de Couto e Silva iniciado no governo Geisel e mantido por seu sucessor, o general João Figueiredo, permitiu o estabelecimento de novos parâmetros para a atividade política e parlamentar, ainda que tutelados pelo Estado, que freava a crescente insatisfação contra o regime. Os casuísmos aplicados às regras eleitorais – Lei Falcão, que em 1976 proibia transmissões ao vivo pelo rádio e pela televisão durante as campanhas eleitorais; Pacote de Abril, de 1977, que instituiu eleições indiretas para um terço do Senado e ampliou o número de deputados federais das regiões Norte e Nordeste, controladas pelo governo militar; MDB que possuía mais de 50% dos votos, mas apenas um terço do Senado – ocorriam paralelamente ao futebol.

Nada, porém, pode conter o clima de insatisfação visível em toda população. Fórmulas esdrúxulas de campeonato, a conseqüente queda do interesse do público vislumbrado na média de público dos campeonatos e o longo jejum de títulos da Seleção Brasileira, levaram o futebol brasileiro a um momento de crise. Por outro lado, a organização da sociedade civil possibilitou a atuação de novos agentes em um campo cada vez mais balizado por instituições ancoradas nos princípios da Justiça e da democracia. Essa alteração no ambiente nacional se refletiu também na estrutura política da CBF. A pressão crescente dos dirigentes dos principais clubes brasileiros, afastados do centro decisório da entidade de acordo com as regras e normas estabelecidas pelo regime forçava agora uma nova correlação de forças. Ao mesmo tempo em que fazia parte do projeto de abertura a tutela das “lideranças civis responsáveis”, de acordo com o processo lento e gradual estabelecido pelas lideranças do governo, levava a um enfraquecimento da posição de Nunes no comando da Confederação recém-fundada.

Com necessidade de mudanças clamadas ao final da ditadura, o mesmo se observou na nova entidade. Apoiado por clubes e federações, o civil Giulite Coutinho – ex-presidente do América F. C. do Rio de Janeiro – foi eleito presidente da CBF e iniciou seu mandato em janeiro de 1980. Nesse momento, chegava ao fim a influência direta do governo no futebol brasileiro. Disputando campeonatos deficitários, perdendo jogadores para clubes estrangeiros, sofrendo pressões do antigo modelo de dirigente e de governantes, os clubes não suportaram a pressão e clamavam pela modernização do futebol brasileiro. O futebol não conseguiu mais servir de reforço ao poder militar. Pelo contrário, ele antecipou as fissuras que se abriram na ditadura. A abertura chegou antes ao esporte nacional.

Diante dessa nova conjuntura, de afrouxamento da repressão política e de expansão do espaço público, observa-se uma situação ideal para análise. Os anos 80 representou para a sociedade brasileira um momento no qual se elaborou e se difundiu um debate em torno da

construção de uma nova cidadania a partir de ideais de democracia e justiça à época, o que tomou corpo na luta por uma vida mais digna, por justiça social e por uma democracia que propiciasse a realização destas e de outras aspirações. O fortalecimento dos movimentos sociais deixou marcas importantes na Constituição de 1988, tornando o cenário político mais amplo e plural.

O enorme número de manifestações da sociedade civil em suas reivindicações por direitos, criando identidades onde antes parecia só existir um aglomerado de gente, permite identificar o início das mudanças políticas do país. Da mesma forma que o processo eleitoral na década anterior trouxe exemplos de medidas reacionárias do regime, as eleições de 1982 permite vislumbrar a maior participação pública.

A participação popular nos anos 80 emergiu sob um regime militar-autoritário em uma conjuntura de grave crise política. Havia a crise do milagre brasileiro. Isso gerou uma ruptura na base de legitimação do regime junto à sociedade. As alterações dos parâmetros das atividades políticas e parlamentares interferiram nas relações de poder entre o poder executivo e o legislativo e tais mudanças provocaram uma crescente dificuldade em canalizar a participação popular para os canais eleitorais. Por fim, houve enfraquecimento da autoridade presidencial, agora limitada pela abertura e pela fragmentação da base de sustentação político-partidária do governo federal no Congresso Nacional, provocada pelo fim do bipartidarismo.

O projeto de distensão política, liderado pelo General Ernesto Geisel a frente da presidência da República, extravasou-se em seus limites em relação à ideia de abertura política patenteada. A dinâmica desse processo produziu resultados que o afastaram das intenções do grupo dirigente. As eleições para governador em 1982, especialmente, envolveram uma distribuição real de poder entre os atores políticos, na medida em que as oposições partidárias conquistaram o poder em dez estados – entre eles Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, os maiores colégios eleitorais do país – passando a fazer parte da

máquina estatal. Os resultados para a Câmara dos Deputados, em seu conjunto, também foram desfavoráveis ao PDS¹⁴ e aos dirigentes do regime. Embora o PDS tenha obtido o maior número de cadeiras, 235 no total, os demais partidos obtiveram 244, retirando a maioria parlamentar do partido governista na Câmara Federal.

Além disso, as tentativas de desarticulação da comunidade de segurança e a restauração de algumas liberdades políticas e civis contribuíram para reduzir os níveis de repressão política e para expandir o espaço público não controlado pelo Estado.

O historiador Gerson Wasen Fraga observa no Mundialito de 1981 uma nova perspectiva sobre a Seleção Brasileira. O torneio foi disputado em Montevidéu em comemoração aos 50 anos da primeira Copa do Mundo, realizada no mesmo país. O Uruguai a época também sofria com uma ditadura militar e o torneio fora um dos instrumentos de propaganda do regime local. Fraga em seu trabalho percebe os diferentes significados da seleção brasileira nesse momento de reabertura e de crise econômica e social comparado ao selecionado tricampeão da Copa do Mundo de 1970 e do milagre econômico, no auge do regime civil-militar e de sua campanha ufanista. Com efeito, de elemento de coesão social, o futebol passava a ser lido como um instrumento paliativo para o ânimo nacional diante do quadro de crise (FRAGA 2011).

Outra sensível modificação é a percepção através da imprensa a respeito do selecionado nacional. Diferente do ufanismo otimista de 1970, no início da década de 1980 o discurso ufanista mostra-se substituído por uma linha de denúncia, ainda que por vezes velada, contra as arbitrariedades do regime. Neste sentido, o fato de o Brasil decidir o título daquele torneio contra os uruguaios, que ainda viviam um quadro de forte repressão, acabou dando o mote para que os jornalistas pudessem, ao referir-se ao país vizinho, estabelecer a denúncia em relação à nossa própria realidade.

Assim, no dia 8 de janeiro daquele ano, o editorialista de esportes do jornal Zero Hora, José Antônio Ribeiro, afirma em seu texto: “Há torcedores mais politizados que arriscam, com ironia: o Brasil vai torturar o Uruguai, sábado”. No dia seguinte,

o chargista Marco Aurélio apresentava seu trabalho daquele dia, onde, em primeiro plano, um torcedor brasileiro grita: “Não tem nada!!! Vamos nos vingar de 1950”. Atrás, um segundo comenta com um terceiro: “Daqui a pouco vão querer vingar 1930, 1964...” (FRAGA, 2011:15).

A passagem da “seleção ufanismo” de 1970 à “seleção válvula de escape” do início da década de 1980 revela uma substancial alteração nos sentidos atribuídos à própria nação. A crise escancarada não mais se continha nos informes oficiais nem nas notícias otimistas, e a população, vivendo uma crise social e política, não vincularia as belas atuações da Seleção ao desempenho político das equipes comandadas pelos generais (FRAGA 2011).

Sobre o período no futebol brasileiro, José Paulo Florenzano diz:

Foi um período repleto de iniciativas e combates, convulsionada pela ação questionadora desencadeada seja nos grandes clubes, seja nas pequenas agremiações, tanto pelos expoentes do movimento quanto por inúmeros jogadores, quase anônimos, mas não menos obstinados em transfigurar o mundo da bola na república do futebol. (...) A partir da comparação interna ao universo do futebol, confrontando os sucessivos períodos históricos, quer recuemos até a adoção do profissionalismo, na década de 1930, quer avancemos através da modernização empresarial, depois da década de 1980, não encontramos nada semelhante nem à mobilização dos atletas, nem à radicalização das ideias no contexto histórico delimitado pelos anos de 1978 a 1984 (FLORENZANO, 2010:494)

Ao longo de seu trabalho, Florenzano destaca as iniciativas contestadoras dentro do campo esportivo no final da década de 1970 e início da década de 1980, como a luta pelo passe livre, o surgimento de sindicatos estaduais dos jogadores de futebol, modelos de autogestão dos atletas em seus clubes e ainda a atuação de alguns jogadores reconhecidamente contestadores, como Reinaldo e Tostão.

Já Leonardo Antônio de Carvalho Teixeira aponta para uma participação ativa e questionadora de torcedores em relação aos sucessivos aumentos dos preços dos ingressos. Em 1981, torcedores dos clubes cariocas se mobilizaram para não ir aos estádios em virtude do aumento de 100% no valor dos ingressos. Tal aumento ocorreu pela crise financeira que afetava os clubes e, principalmente, os torcedores, que se afastaram dos estádios (TEIXEIRA 2014).

No ano seguinte, surgiu a Associação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro

(ASTORJ), que passou a ser a entidade representativa das torcidas cariocas. A associação chegou a deliberar sobre uma “greve geral” dos torcedores e também trazia para sua luta um elemento novo: a possibilidade de processo judicial com o intuito de impedir o reajuste dos ingressos. Essa decisão ainda seria discutida pela entidade que pretendia basear seu argumento no fato de o aumento ter sido superior ao índice de INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) no espaço de um ano.

No mesmo trabalho, há ainda a “disputa” que se deu nas arquibancadas no jogo entre Flamengo e Fluminense, pelo campeonato brasileiro daquele ano, época do movimento Diretas Já.

Ambas as torcidas compareceram ao Maracanã munidas de faixas de apoio ao candidato peemedebista (Tancredo Neves) e de repúdio ao candidato do PDS (Paulo Maluf), além de não ter esquecidos os pedidos pelo derrotado movimento das *Diretas Já*. Antes do início da partida, os rubro-negros puxaram gritos de “Tancredo, Tancredo”. O fato inusitado, todavia, que marcou o *jogo das torcidas* naquela tarde de domingo foi a faixa provocativa preparada pela torcida do Flamengo. Desfraldada na arquibancada, a percorrer boa parte do anel, a faixa “O Fla não Malufa” aludia a jogadores do Fluminense, como o goleiro Paulo Vítor, que naquela semana haviam manifestado apoio a Paulo Salim Maluf, posando para foto, em Brasília, junto ao presidente (Apud TEIXEIRA 2014).

A revista Placar também teve uma atuação de destaque no período ao dar voz aos jogadores que não se furtavam a dar suas opiniões políticas no período. Na edição nº647 de 15 de outubro de 1982, traz na capa o jogador Sócrates posado diante do Palácio dos Bandeirantes – sede do governo paulista – com a manchete “Sócrates, 'eu governador’”. A reportagem de capa é apresentada no interior da revista da seguinte forma: “A política está em todas as cabeças brasileiras [...]. Está na cabeça, também, dos profissionais do futebol [...].”¹⁵. A matéria segue com quatro jogadores de estados diferentes, expondo seus planos de governo, caso fossem candidatos e vencessem as eleições para governador a ser realizado no dia 15 de novembro daquele ano. Os jogadores Cleo, do Internacional-RS, e Reinaldo, do Atlético Mineiro, apresentaram resumidamente suas ideias. Este último expôs sua ideologia política sem receio ao dizer que “Trataria de implantar o socialismo”, numa ideia que pareceu

não agradar a equipe de reportagem e ao editor-chefe Juca Kfourri que a consideraram “pouco democráticas”. Já Paulo Sérgio, goleiro do Botafogo-RJ, fez um breve, porém abrangente programa. Enquanto Sócrates, jogador do Corinthians e da Seleção Brasileira e um dos principais ídolos do país, fez um programa completo de governo que ocupou três páginas da revista.

Ainda na mesma edição na coluna de opinião escrita por Juca Kfourri, evidencia-se, em primeiro lugar a grande relevância do assunto junto à população e, em segundo lugar, a inédita participação da população no debate político, ali representada pelos jogadores de futebol:

Quem disse que jogador não pensa bem?

Daqui a pouco mais de um mês a torcida brasileira tem um encontro marcado com as urnas. O dia 15 de novembro é a data exata desse momento saudável.[...]

O mundo do futebol não está alheio a esse episódio. Como a bola, as eleições também apaixonam nosso país e os nossos jogadores participam dela cada um a seu jeito .[...]

O resultado [...] é animador. Demonstra claramente o bom nível do futebolista brasileiro e sua generosidade. [...] E pensar que até bem pouco tempo não se tirava uma declaração política dos ídolos do esporte nacional ¹⁶

Já quanto ao movimento pelas eleições diretas, há dois exemplares icônicos. Em um está na capa Pelé com uma camisa da Seleção Brasileira e escrito em letras garrafais DIRETAS JÁ¹⁷. Na outra, Sócrates fantasiado de Dom Pedro I com os dizeres “Se o Brasil mudar, eu fico” condicionando à aprovação da emenda Dante de Oliveira¹⁸ a sua transferência para o futebol italiano¹⁹. Com a data para a votação da emenda se aproximando e a agitação popular crescendo por todo o país, ambos entraram em evidência pela sua participação na campanha: no dia 13 de março daquele ano, Pelé apareceu na TV erguendo uma réplica da Taça Jules Rimet numa saudação à campanha das diretas.

Nós estamos numa luta difícil, que é a luta pelas diretas. O Brasil já ganhou a Copa do Mundo, definitivamente e esta ninguém tira. Agora, tem uma outra Copa que a gente tem que ganhar e foi por isso que ergui minha réplica da Jules Rimet, pelas eleições diretas²⁰

A capa com Pelé tem como manchete “Pelé de cabeça nova”. A matéria fala sobre os

negócios do atleta do século, a sua atuação no cinema no papel de malandro em filme a ser lançado naquele ano e chama atenção para o que seria “um Pelé mais ousado, que pede eleições diretas”, com inúmeras declarações sobre o tema em parte destacada da matéria.

[O movimento pelas] Diretas agora está meio confuso. Mas não tem jeito. A pressão é muito grande e eu acho que todo mundo deve ter oportunidade. Penso também que o governo atual já teve a oportunidade dele.”

[...]

Não considero este meu procedimento como para grupos determinados de políticos. Isso é um dever de todo o povo. Eu sou uma pessoa viajada, conheço o mundo todo e acho que você tem que ter liberdade pra escolher seu candidato. Eu tenho falado isso há anos²¹

Além das declarações de Pelé, na seção “Colunáveis” há duas menções ao movimento pelas diretas.

Diretas Já

Afonsinho, aquele rebelde ex-jogador do Botafogo, Fluminense, Flamengo, Olaria e Santos, hoje com 35 anos e médico, estava entre o milhão de pessoas que fizeram no Rio de Janeiro, terça-feira passada, o monumental comício pelas eleições diretas. Além dele, bem diante do palanque, marcavam presença duas torcidas organizadas, a Young Flu e a Falange Rubro-Negra – esta com mais ou menos 1200 componentes. “Vimos em massa”, contava seu líder, João Roberto Bezerra, 29 anos e que nunca elegeu um presidente. Armando Martins, 56 anos, chefe da Young Flu, já votou em quatro – mas fazia questão de dizer que queria votar de novo. “E já”
“Diretas nunca”

Nas vésperas de jogar contra o Corinthians, o jogador Nivaldo, do Atlético Paranaense, pensou em engrossar o coro pelas diretas, introduzindo o amarelo ao uniforme rubro-negro. Mas não conseguiu falar com o todo-poderoso supervisor Hélio Alves, e teve de se contentar em ver as tornozeleiras de Sócrates, Wladimir e companhia. Agora, contudo, nem precisa pedir mais permissão. Na semana passada, Alves descartou qualquer chance de participação na campanha. “Não se pode abrir precedente”, acredita o supervisor, “senão logo vai ter jogador entrando com símbolo do PT em campo” Mas ele pode ter uma surpresa: dia 22, em Curitiba, três dias antes da votação da emenda Dante de Oliveira, um jogador jura que colocará, já dentro de campo, uma fita amarela na cabeça”²²

A menção aos torcedores comuns presentes no comício e a declaração de membros de destaque dentre eles, merece uma atenção especial. Ainda que não seja possível tirar conclusões gerais a partir de um gesto isolado, reveste-se de especial importância. As pessoas comuns poucas vezes deixam registros relevantes sobre si, por isso é interessante o uso de fontes que expressem o comportamento daquelas. Este tipo de fonte pode ser o melhor, pois “as fontes mais atraentes são aquelas que simplesmente registram ações que devem implicar certas opiniões” (HOBBSAWM, 1998:223). E ainda na segunda coluna, nota-se que a ideia de

participação política e de cidadania ainda estão sendo construídas.

Na edição da semana seguinte, Juca Kfourri assina uma coluna de opinião, na qual comenta sobre a atuação de Sócrates no movimento pelas diretas e também emite sua opinião.

Não bastasse a vontade expressa nos comícios de norte a sul, o maior ídolo do futebol brasileiro condicionou a sua permanência no país à aprovação da emenda Dante de Oliveira. Sócrates está tão interessado que, para divulgá-la ainda mais, não tem dúvida em assumir o papel de Dom Pedro I, transformando-se em capa dessa edição. Bons tempos estes que as maiores figuras do nosso esporte assumem sua posição e colocam em discussão abertamente, sem medo da crítica conservadora ou da perda de seus privilégios – Sócrates está trocando cerca de dois milhões de dólares pelo direito de votar.

[...]

Que os parlamentares brasileiros tenham a mesma generosidade e a sensibilidade dos representantes autênticos de quem os elegeu, é o mínimo que devemos esperar e exigir²³.

Assim como na época das eleições para governador, o jornalista chama a atenção para “os bons tempos” no qual é possível registrar o posicionamento político dos atletas, mesmo que passados dois anos entre uma matéria e outra, ainda era novidade diante da cultura política gerada pelo regime ainda em vigor.

Na mesma edição, há ainda uma entrevista do mesmo jornalista com o jogador, falando sobre o comício realizado naquela semana no Vale do Anhagabaú, em São Paulo, e registrando a opinião do jogador, onde se destaca.

Placar: Quando se perde um jogo, um campeonato, sempre tem o próximo, a vida continua e uma vitória faz esquecer. Como você imagina o dia seguinte da votação da emenda caso haja a rejeição?

Sócrates: Acho que vamos mobilizar muito mais gente, para daí a 15 dias, sei lá. Sei que acho irreversível esse processo todo.

Placar: A emenda do governo prevê diretas para 88 e alguns analistas avaliam que, fruto de uma negociação é possível antecipar para 1986. Você não acha isso razoável?

Sócrates: Mas esperar o quê? Por que não já? Se as diretas são um desejo unânime, por que não já?

Placar: E se a emenda for aprovada para já? Quem é o presidente?

Sócrates: Quem o povo escolher. Não interessa quem vai ser. [...] Mas quem quer que seja, terá que governar com o povo e será legítimo²⁴.

Cabe destacar aqui, a linha editorial da Placar no período. No final dos anos 70 a revista contratou o sociólogo Juca Kfourri, que intensificou as matérias de cunho social e político ao longo da sua trajetória como editor-chefe da revista. Críticas e denúncias contra os dirigentes esportivos – como no famoso caso da Máfia da Loteria Esportiva²⁵ – ganharam destaque nesse momento. Nesse mesmo contexto de luta pelas eleições diretas para presidente

no início dos anos 80, Placar fez intensa cobertura da Democracia Corinthiana.

Conhecendo a trajetória da revista, torna-se possível seguir por caminhos mais seguros para essa análise. Ao destrinchar o que há por trás do discurso vão aparecendo as reais motivações do periódico. Ao ler as matérias fica evidente a característica de oposição crítica a classe dirigente do futebol brasileiro, a qual as mazelas são diretamente associadas aos parâmetros institucionais brasileiros: “Porque, que ninguém duvide, se as diretas não resolverão nossos problemas, serão o primeiro passo para tanto. Até nos esportes”²⁶

Conclusão

O presente trabalho teve por objetivo central analisar brevemente o futebol brasileiro no período de 1969 a 1984 como espaço simbólico de disputa política. É possível observar dentro do período proposto a ampliação do interesse do governo no esporte que já se tornara o mais popular do Brasil. Dessa forma, enquanto o futebol brasileiro ampliava a sua abrangência no território nacional, a democracia recrudescia sob as armadilhas impostas pelo autoritarismo, com a desmobilização das camadas populares e o fechamento contínuo dos canais de participação política. O regime civil-militar, alicerçado pelo apoio político dos grupos conservadores e valendo-se de um conjunto de medidas autoritárias e repressoras, conduziram um repertório variado de ações que visavam desmobilizar todas as formas de oposição ao governo.

As principais estratégias adotadas pelo governo através da intervenção direta foram a progressiva ampliação das competições nacionais e o controle dos cargos administrativos das entidades esportivas por militares e membros da ARENA. Contudo, essa atuação do Estado sobre o futebol nacional também gerou movimentos de contestação e oposição a essa estrutura, com desdobramentos inesperados para os mentores de tal projeto.

Assim sendo, torna-se possível perceber no campo esportivo múltiplas formas de disputas política, ou de maneiras como indivíduos distintos manifestam seus antagonismos e

participam efetivamente da vida política da nação; afinal ao ser apropriado por agentes de diferentes vertentes ideológicas, ele constituiu um importante espaço simbólico, no qual se montava o palco para as disputas da sociedade política.

1 Modifica a Constituição do Brasil de 1946 quanto ao processo legislativo, às eleições, aos poderes do Presidente da República, à organização dos três Poderes; suspende garantias de vitaliciedade, inamovibilidade, estabilidade e a de exercício em funções por tempo certo; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências. <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>> Acesso em 02/02/2016.

2 Ato Complementar nº 4, de 20.11.1965, publicado no Diário Oficial da União de 22.11.1965

3 Modifica a Constituição do Brasil de 1946 quanto à eleição, ao mandato e aos poderes do Presidente da República; confere aos Comandantes-em-chefe das Forças Armadas o poder de suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos, excluída a apreciação judicial desses atos; e dá outras providências. <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>> Acesso em 02/02/2016.

4 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm

5 Ibidem

6 Órgão administrativo voltado para os esportes criado pelo Decreto-Lei n. 3.199.41, durante o Estado Novo. A Lei 6251/1975 firmava o CND como a última instância no esporte brasileiro. As federações não tinham autonomia para dar a última palavra em questões jurídicas sem o aval do CND. O órgão foi responsável pela regulação e regulamentação de todos os esportes e suas respectivas federações e confederações no Brasil.

7 Entidade brasileira responsável pela organização de todo esporte no país até o ano de 1979.

8 Revista Placar, 25/06/1971

9 <<http://www.rsssf.com/tables/braz-integrnac71.html>> Acesso em julho/2016.

10 < <http://www.rsssfbrasil.com/historical.htm#brasileiro> > A Rec.Sport.Soccer Statistics Foundation é uma organização que registra dados estatísticos, bem como demais informações a respeito de partidas e torneios de futebol por todo o mundo. Mantém na internet uma página geral sobre todas as categorias de futebol em todas as suas divisões em vários países.

11 Ibidem

12 Ibidem

13 <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6251-8-outubro-1975-357712-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 02/02/2016

14 A partir da lei nº 6769, de 20 de dezembro de 1979, é extinto o bipartidarismo no sistema político brasileiro, vigente durante o regime militar. Nesse contexto é fundado em 1980 o Partido Democrático Social, que surge como sucessor da ARENA. <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-democratico-social-pds>> Acesso em janeiro/2017

15 Revista Placar, 15/10/1982. p19

16 Revista Placar, 15/10/1982. p3

17 Revista Placar, 20/04/1984

18 A emenda Dante de Oliveira foi como ficou conhecida a Proposta de Emenda Constitucional nº5, de 1983. A emenda propunha a volta da eleição direta pra presidente e vice-presidente da República, após 21 anos da ditadura civil-militar.

19 Revista Placar, 27/04/1984

20 Revista Placar, 20/04/1984. p62

21 Ibidem

22 Revista Placar, 20/04/1984. p.49

23 Revista Placar, 27/04/1984. p.3

24 Revista Placar, 27/04/1984. p.38

25 Foi como ficou conhecido uma série de reportagens publicadas pela Revista Placar, em 1982, que denunciava um esquema de manipulação de resultados, na qual jogadores eram comprados por apostadores, a fim de garantir que os resultados dos jogos da loteria seriam aqueles em que haviam apostado.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A Ditadura Militar em tempo de transição (1974 – 1985) In: Martinho, Francisco Carlos Palomanes. *Democracia e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.
- COUTO, Euclides de Freitas. *Da ditadura à ditadura: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978)*. Niterói: Editora da UFF, 2014.
- DAMATTA, Roberto. *Universo do Futebol: Esporte e Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982,
- FLORENZANO, José Paulo. *A democracia corinthiana: práticas de liberdade no futebol brasileiro*. São Paulo: FAPESP; EDUC, 2010.
- FRAGA, G Wasen. Futebol, imprensa e ditadura: das formiguinhas de Geisel à abertura de Telê, Anais do XXVI Simpósio Nacional de História –ANPUH, São Paulo, 2011.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____, *Futebol, sociedade e cultura: Apontamentos a título de conclusão*. In: Futebol objeto das ciências humanas. Org: Flavio de Campos e Daniela Alfonsi. – 1. ed. – São Paulo: Leya, 2014.
- SANTOS, Daniel de Araújo dos. *Onde a Arena vai mal, um time no Nacional. A criação do campeonato brasileiro em 1971*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco. 1ª Edição, 2015.
- SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*. Coordenação Adelina Maria Novaes Cruz, Carlos Eduardo Sarmiento e Juliana Lage Rodrigues; Texto Carlos Eduardo Sarmiento. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
- SCHIMIT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945 – 2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- SOARES, Samuel Alves. *Controles e autonomia – As Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974 – 1999)*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- TEIXEIRA, L. A. C. Congregar, congraçar e Unir. *A atuação da Associação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro (1981-1989)*. São Gonçalo: UERJ, 2014. Dissertação (Mestrado em História Social e do Território), Programa de Pós-Graduação em História Social e do Território, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014.